



CARGO 1: ADMINISTRADOR – CLASSE A, PADRÃO I

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados do cargo para o qual você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas e na de texto definitivo da prova discursiva. Confira, também, o seu nome em cada página numerada do seu caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno de provas esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais, ou quanto aos dados do cargo para o qual você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:
Nenhum obstáculo é intransponível se a vontade de vencer for maior.
Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.
- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para o texto definitivo da prova discursiva.
- 5 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto da prova discursiva para a respectiva folha de texto definitivo.
- 6 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo poderá implicar a anulação das suas provas.
- 8 Nenhuma folha deste caderno de provas poderá ser destacada.

Aplicação 2014

PROVAS OBJETIVAS
E DISCURSIVA

NÍVEL SUPERIOR

TURNO: MANHÃ

OBSERVAÇÕES

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital. É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS
0(XX) 61 3448-0100
www.cespe.unb.br
sac@cespe.unb.br

cespeUnB
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliam **noções de informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

A origem da polícia no Brasil

1 Polícia é um vocábulo de origem grega (*politeia*) que
passou para o latim (*politia*) com o mesmo sentido: governo de
4 uma cidade, administração, forma de governo. No entanto, com
o decorrer do tempo, assumiu um sentido particular, passando
a representar a ação do governo, que, no exercício de sua
7 missão de tutela da ordem jurídica, busca assegurar a
tranquilidade pública e a proteção da sociedade contra
violações e malefícios.

No Brasil, a ideia de polícia surgiu nos anos 1500,
10 quando o rei de Portugal resolveu adotar um sistema de
capitanias hereditárias e outorgou uma carta régia a Martim
Afonso de Souza para estabelecer a administração, promover
13 a justiça e organizar o serviço de ordem pública, como melhor
entendesse, em todas as terras que ele conquistasse. Registros
históricos mostram que, em 20 de novembro de 1530, a polícia
16 brasileira iniciou suas atividades, promovendo justiça e
organizando os serviços de ordem pública.

Internet: <www.ssp.sp.gov.br> (com adaptações).

Considerando as ideias e as estruturas linguísticas do texto acima,
julgue os seguintes itens.

- 1 Sem prejuízo da coerência textual, a palavra “tutela” (l.6) poderia ser substituída por **proteção**. **JUSTIFICATIVA – Tutelar e proteger são sinônimos.**
- 2 Não haveria prejuízo das informações veiculadas no texto, caso se substituísse “No entanto” (l.3) por **Portanto**. **JUSTIFICATIVA – A locução “No entanto” tem sentido adversativo e “portanto”, sentido conclusivo.**
- 3 O referente dos sujeitos das orações expressas pelas formas verbais “assumiu” (l.4) e “busca assegurar” (l.6) é o termo “Polícia” (l.1). **JUSTIFICATIVA – O sujeito da oração expressa pela forma verbal “busca assegurar” é o pronome “que”, cujo antecedente é “governo”.**
- 4 Sem prejuízo para o sentido original e a correção gramatical do texto, o último período poderia ser reescrito da seguinte forma: Segundo registros históricos, a polícia brasileira iniciou suas atividades em 20 de novembro de 1530, promovendo justiça e organizando os serviços de ordem pública. **JUSTIFICATIVA – A estrutura gramatical está correta, e o sentido do texto preservado.**
- 5 Conclui-se do texto que, atualmente, o termo polícia tem significado equivalente ao que apresentava em sua origem. **JUSTIFICATIVA – De acordo com o texto, o termo polícia assumiu um sentido “particular”, portanto, mais restrito.**

1 A história constitucional brasileira está repleta de
referências difusas à segurança pública, mas, até a Constituição
Federal de 1988 (CF), esse tema não era tratado em capítulo
4 próprio nem previsto mais detalhadamente no texto
constitucional.

A constitucionalização traz importantes consequências
7 para a legitimação da atuação estatal na formulação e na
execução de políticas de segurança. As leis acerca de
segurança, nos três planos federativos de governo, devem estar
10 em conformidade com a CF, assim como as respectivas
estruturas administrativas e as próprias ações concretas das
autoridades policiais. Devem ser especialmente observados os
13 princípios constitucionais fundamentais — a república, a
democracia, o estado de direito, a cidadania, a dignidade da
pessoa humana — bem como os direitos fundamentais — a
16 vida, a liberdade, a igualdade, a segurança. O art. 144 deve ser
interpretado de acordo com o núcleo axiológico do sistema
constitucional em que se situam esses princípios fundamentais.

Cláudio Pereira de Souza Neto. *A segurança pública na Constituição Federal de 1988: conceituação constitucionalmente adequada, competências federativas e órgãos de execução das políticas*. Internet: <www.oab.org.br> (com adaptações).

Com relação às ideias e a aspectos gramaticais desse texto, julgue os itens de 6 a 10.

- 6 Depreende-se do texto que uma das consequências da constitucionalização da segurança pública foi o amparo legal para a atuação do Estado em ações que visam à segurança. **JUSTIFICATIVA – É o que se depreende do seguinte trecho: “A constitucionalização traz importantes consequências para a legitimação da atuação estatal na formulação e na execução de políticas de segurança”.**
- 7 A correção gramatical do texto seria prejudicada caso se suprimisse a vírgula antes da conjunção “mas” (l.2). **JUSTIFICATIVA – Nesse caso, a vírgula é obrigatória, pois separa oração coordenada adversativa.**
- 8 Sem prejuízo para o sentido original e a correção gramatical do texto, o segundo período do segundo parágrafo poderia ser reescrito da seguinte forma: As leis que dispõem sobre segurança devem estar em conformidade com a CF tanto nos três planos federativos de governo quanto nas respectivas estruturas administrativas e nas próprias ações concretas das autoridades policiais. **JUSTIFICATIVA – A alteração da ordem dos elementos na estrutura gramatical prejudica o sentido original do texto e o emprego da forma verbal “dispõem”, no singular, prejudica a correção gramatical.**

- 9 Na linha 2, o emprego do acento indicativo de crase em “à segurança pública” justifica-se pela regência do termo “difusas” e pela presença do artigo definido **a** antes de “segurança pública”. **JUSTIFICATIVA – O acento justifica-se pela regência do termo “referência” e pela presença do artigo definido a antes de “segurança pública”.**
- 10 Mantendo-se a coerência e a correção gramatical do texto, o trecho “em que se situam esses princípios fundamentais” (l.18) poderia ser substituído por **aonde se situam esses princípios fundamentais**. **JUSTIFICATIVA – A substituição de em que por aonde prejudica a correção gramatical do texto.**

Senhor Ministro,

Convido Vossa Excelência a participar da sessão de encerramento do Fórum Nacional da Educação Básica, a se realizar em 18 de maio de 2014, às 20 horas, no auditório do Ministério da Educação, localizado na Esplanada dos Ministérios, nesta capital.

Considerando o fragmento de comunicação oficial acima, julgue os itens a seguir, com base no **Manual de Redação da Presidência da República**.

- 11 Caso o fragmento apresentado seja parte de um ofício, nele devem ser incluídos o endereço do destinatário, o nome do órgão ou setor do remetente e respectivos endereço postal, telefone e endereço de correio eletrônico. **JUSTIFICATIVA – Segundo o MRPR, em seu item 3.3.2, o ofício segue o padrão ofício e deve conter, além do nome e do cargo da pessoa a quem é dirigida a comunicação, o endereço. Além disso, deve constar do cabeçalho ou do rodapé do ofício o nome do órgão ou setor, o endereço postal e o telefone e endereço de correio eletrônico do remetente.**
- 12 Caso o remetente dessa comunicação seja um ministro de Estado, o fecho adequado será **Atenciosamente**. **JUSTIFICATIVA – Em razão de os ministros — remetente e destinatário — serem autoridades de mesma hierarquia, o fecho adequado, nesse caso, é “Atenciosamente”.**

A respeito das correspondências oficiais, julgue os próximos itens.

- 13 Os termos técnicos, as siglas, as abreviações e os conceitos específicos empregados em correspondências oficiais prescindem de explicação. **JUSTIFICATIVA – De acordo com o referido manual, para fins de clareza, deve-se revisar o texto e “explicitar, desenvolver, esclarecer, precisar os termos técnicos, o significado das siglas e abreviações e os conceitos específicos que não possam ser dispensados” (item 1.4).**
- 14 Tanto o memorando quanto o telegrama caracterizam-se pela celeridade. **JUSTIFICATIVA – Segundo o referido manual, o memorando tem como característica principal a agilidade e o telegrama deve ser usado em situações de urgência, logo ambos caracterizam-se pela celeridade.**
- 15 O documento adequado para um ministro de Estado submeter ao presidente da República projeto de ato normativo é a exposição de motivos; o adequado para ministro de Estado dirigir-se a outro ministro de Estado, independentemente da finalidade da comunicação, é o aviso. **JUSTIFICATIVA – Conforme o MRPR, em regra, a exposição de motivos é dirigida por ministro de Estado ao presidente da República para informá-lo de um assunto, propor alguma medida ou submeter a sua consideração projeto de ato normativo. Para a comunicação com autoridade de mesma hierarquia (no caso, outro ministro), o documento adequado é o aviso.**

Considere que, em um conjunto S de 100 servidores públicos admitidos por concurso público, para cada $x = 1, 2, 3, \dots, S_x$, seja o subconjunto de S formado pelos servidores que prestaram exatamente x concursos até que no concurso de número x foram aprovados pela primeira vez; considere, ainda, que N_x seja a quantidade de elementos de S_x . A respeito desses conjuntos, julgue os itens a seguir.

- 16 Considere que S_x para $x = 1, 2, 3$ e 4 represente conjuntos não vazios. Nessa situação, a probabilidade de um servidor público selecionado ao acaso no conjunto S ter prestado no máximo 4 concursos até ser aprovado pela primeira vez é igual $\frac{N_4}{100}$.

JUSTIFICATIVA – Um servidor que tenha prestado no máximo 4 concursos pertencerá ao conjunto $S_1 \cup S_2 \cup S_3 \cup S_4$, cujo número de elementos é $N_1 + N_2 + N_3 + N_4$. Assim, a probabilidade requerida é $\frac{N_1 + N_2 + N_3 + N_4}{100}$.

- 17 O conjunto $S_1 \cup S_2 \cup S_3 \cup \dots$ contém todos os servidores do conjunto S . **JUSTIFICATIVA – Basta notar que, pela definição do conjunto S_x , cada servidor de S deve ser elemento de algum S_x .**
- 18 Existem dois números inteiros, a e b , distintos e positivos, tais que $S_a \cap S_b$ é não vazio. **JUSTIFICATIVA – Pela definição do conjunto S_x , um servidor que pertença a tal conjunto terá prestado exatamente x concursos até ser aprovado pela primeira vez, de modo que não poderá pertencer a outro conjunto. Assim, quaisquer dois conjuntos S_a e S_b , com a e b distintos, são disjuntos.**
- 19 Se $N_6 = 15$, então 15 servidores do conjunto S prestaram 6 concursos e foram aprovados pela primeira vez no sexto concurso que prestaram. **JUSTIFICATIVA – Pela definição do conjunto S_6 , tal conjunto coleciona os servidores que prestaram pelo menos 6 concursos até serem aprovados pela primeira vez. Como N_6 indica o número de elementos desse conjunto, a hipótese prevista no item garante que 15 servidores do conjunto S prestaram pelo menos 6 concursos até serem aprovados pela primeira vez.**
- 20 Se a e b forem números inteiros positivos e $a \leq b$, então $N_a \leq N_b$. **JUSTIFICATIVA – Os dados apresentados não permitem estabelecer uma relação entre o número de servidores que prestaram exatamente a concursos até serem aprovados pela primeira vez assim como o número de servidores que prestaram exatamente b concursos para tal.**

Ao planejarem uma fiscalização, os auditores internos de determinado órgão decidiram que seria necessário testar a veracidade das seguintes afirmações:

- P: Os beneficiários receberam do órgão os insumos previstos no plano de trabalho.
- Q: Há disponibilidade, no estoque do órgão, dos insumos previstos no plano de trabalho.
- R: A programação de aquisição dos insumos previstos no plano de trabalho é adequada.

A respeito dessas afirmações, julgue os itens seguintes, à luz da lógica sentencial.

- 21 Se as afirmações Q e R forem verdadeiras, será verdadeira a seguinte proposição: “Se não há disponibilidade, no estoque do órgão, dos insumos previstos no plano de trabalho, então a programação de aquisição dos insumos previstos no plano de trabalho não é adequada.” JUSTIFICATIVA – A proposição do item pode ser expressa por $\sim q \rightarrow \sim r$. Pelas hipóteses previstas no item, q e r são verdadeiras, de modo que são falsos o precedente e o consequente da proposição do item, que é, pois, verdadeira.
- 22 O seguinte argumento é um argumento válido: “Se a programação de aquisição dos insumos previstos no plano de trabalho fosse adequada, haveria disponibilidade, no estoque do órgão, dos insumos previstos no plano de trabalho. Se houvesse disponibilidade, no estoque do órgão, dos insumos previstos no plano de trabalho, os beneficiários teriam recebido do órgão os insumos previstos no plano de trabalho. Mas os beneficiários não receberam do órgão os insumos previstos no plano de trabalho. Logo, a programação de aquisição dos insumos previstos no plano de trabalho não foi adequada.” JUSTIFICATIVA – O argumento do item tem por premissas as proposições $r \rightarrow q$, $q \rightarrow p$ e $\sim p$ e por conclusão a proposição $\sim r$. Da veracidade das premissas $\sim p$ e $q \rightarrow p$ conclui-se que a proposição q é falsa. Diante disso e da veracidade da premissa $r \rightarrow q$, conclui-se que a proposição r é falsa. Assim, a conclusão $\sim r$ é verdadeira.
- 23 A negação da afirmação Q pode ser corretamente expressa por “Não há disponibilidade, no estoque do órgão, dos insumos não previstos no plano de trabalho”. JUSTIFICATIVA – A negação correta seria: “Não há, no estoque do órgão, disponibilidade dos insumos previstos no plano de trabalho”.

Acerca de conceitos de informática, julgue os itens a seguir.

- 24 A ativação do *firewall* do Windows impede que *emails* com arquivos anexos infectados com vírus sejam abertos na máquina do usuário. JUSTIFICATIVA – *Firewall* não faz análise de vírus de anexos de *email*.
- 25 *Phishing* é um tipo de *malware* que, por meio de uma mensagem de *email*, solicita informações confidenciais ao usuário, fazendo-se passar por uma entidade confiável conhecida do destinatário. JUSTIFICATIVA – O *phishing* lidera hoje o roubo de identidade de usuários, é engenharia social e usa mensagens de *email* para solicitar informações confidenciais dos clientes.
- 26 A computação em nuvem, mecanismo muito utilizado atualmente, dispensa o *hardware* para armazenamento de dados, que ficam armazenados em *softwares*. JUSTIFICATIVA – O armazenamento de dados ocorre em *hardwares*, no entanto o usuário desconhece onde eles estão. Sempre é necessário *hardware* para guardar dados.

- 27 Por ser o Linux o *kernel*, ou seja, o sistema operacional em si, para que ele funcione, será necessária a sua instalação em conjunto com outros aplicativos ou utilitários, especialmente em distribuições como Debian e Ubuntu. JUSTIFICATIVA – O Linux é o kernel apenas e demanda usar uma das distribuições disponíveis para funcionar adequadamente.
- 28 O DualBoot permite que dois sistemas operacionais sejam instalados e utilizados simultaneamente em uma mesma máquina. JUSTIFICATIVA – Os sistemas não podem ser utilizados simultaneamente, mas um de cada vez, selecionados durante o *boot*.
- 29 O Microsoft Word apresenta a opção de criar documentos em colaboração, que permite que duas ou mais pessoas possam revisar e alterar um mesmo documento. Para tanto, o Word oferece modos de marcação e destaque para as partes do texto alteradas. JUSTIFICATIVA – Essa é funcionalidade da opção de colaboração, disponível no Word para edição simultânea de documentos.
- 30 No Microsoft Excel, a opção Congelar Painéis permite que determinadas células, linhas ou colunas sejam protegidas, o que impossibilita alterações em seus conteúdos. JUSTIFICATIVA – Quando se congelam painéis, congela-se o painel superior ou o esquerdo, ou ambos, para manter os títulos fixos enquanto se rola uma planilha.

No que se refere ao regime jurídico administrativo, aos poderes da administração pública e à organização administrativa, julgue os itens subsequentes.

- 31 São características das sociedades de economia mista: criação autorizada por lei; personalidade jurídica de direito privado; sujeição ao controle estatal; estruturação sob a forma de sociedade anônima. JUSTIFICATIVA – A criação autorizada por lei, a personalidade de direito privado, a sujeição ao controle estatal e a necessidade de ser estruturada sob a forma de sociedade anônima (prevista no art. 5.º do DL n.º 200/1967), são características das sociedades de economia mista.
- 32 Em face do princípio da isonomia, que rege toda a administração pública, o regime jurídico administrativo não pode prever prerrogativas que o diferenciem do regime previsto para o direito privado. JUSTIFICATIVA – O regime jurídico administrativo resume-se a prerrogativas e sujeições. É uma particularidade do direito administrativo o fato de que suas normas se caracterizam pelas prerrogativas sem equivalentes nas relações privadas. Assim, a administração pública possui prerrogativas e privilégios.
- 33 Configura descentralização administrativa o ato de criação, pela administração direta, de órgão público para a distribuição interna de determinada atribuição. JUSTIFICATIVA – A atividade administrativa pode ser prestada de duas formas, uma é a centralizada, pela qual o serviço é prestado pela administração direta, e a outra é a descentralizada, em que a prestação é deslocada para outras pessoas jurídicas. Assim, descentralização consiste no fato de a administração direta deslocar, distribuir ou transferir a prestação do serviço para a administração indireta (ou seja, outra pessoa jurídica) ou para o particular. Desse modo, a hipótese prevista é caso de desconcentração administrativa, e não de descentralização, pois trata de criação de órgão.

Julgue os itens a seguir, no que concerne aos atos administrativos e ao controle da administração pública.

- 34 Recursos administrativos são todos os meios utilizáveis pelos administrados para provocar o reexame do ato administrativo pela administração pública e, pelo fato de o processo administrativo ter impulso de ofício, tais recursos não podem ter efeito suspensivo em hipótese alguma. **JUSTIFICATIVA – Embora recursos administrativos sejam considerados os meios que os administrados podem utilizar para provocar o reexame do ato pela administração pública, tais recursos têm efeito devolutivo e podem ter efeito suspensivo, caso a lei expressamente o preveja.**
- 35 Suponha que uma autoridade administrativa delegue determinada competência a um subordinado e que, no exercício dessa delegação, este pratique ato ilegal que fira direito líquido e certo. Nessa situação, eventual mandado de segurança deve ser impetrado em face da autoridade delegante. **JUSTIFICATIVA – Caberá mandado de segurança em face da autoridade delegada quando o ato tiver sido praticado por ela, no exercício do poder que lhe tenha sido delegado pela autoridade delegante.**
- 36 Mérito administrativo é a margem de liberdade conferida por lei aos agentes públicos para escolherem, diante da situação concreta, a melhor maneira de atender ao interesse público. **JUSTIFICATIVA – Merecimento ou mérito administrativo é a margem de liberdade conferida por lei aos agentes públicos para escolherem, diante da situação concreta, a melhor maneira de atender ao interesse público. É um juízo de conveniência e oportunidade.**
- 37 Anulação de ato administrativo consiste na extinção de um ato ilegal determinada pela administração ou pelo poder judiciário, sem eficácia retroativa. **JUSTIFICATIVA – Embora a anulação ou invalidade de ato administrativo seja a extinção de um ato ilegal determinada pela administração ou pelo poder judiciário, há na nulidade eficácia retroativa, ou seja, *ex tunc*.**

Julgue os itens subsecutivos, relativos aos agentes públicos e à ética no serviço público.

- 38 De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, tratar mal um cidadão significa causar-lhe dano moral. **JUSTIFICATIVA – O decreto n.º 1.171/1994, na Seção I do seu anexo, no item IX, dispõe que tratar mal uma pessoa que paga seus tributos direta ou indiretamente significa causar-lhe dano moral.**
- 39 Segundo resolução da Comissão de Ética Pública da Presidência da República, é vedada a aceitação de presentes por autoridades públicas, independentemente do valor, quando o ofertante tiver interesse pessoal ou profissional em decisão que possa ser tomada, em razão do cargo, pela autoridade. **JUSTIFICATIVA – Segundo a Resolução n.º 3/2000, da Comissão de Ética Pública da Presidência da República.**
- 40 No processo administrativo disciplinar, a não intimação dos indiciados para que possam rebater os relatórios finais das comissões processantes não constitui violação ao contraditório. **JUSTIFICATIVA – A lei n.º 8.112/1990 não prevê essa possibilidade, além disso, a jurisprudência do STF é clara ao indicar que não é necessária a intimação dos indiciados para que possam rebater os relatórios finais das comissões processantes, razão por que não se visualiza violação ao contraditório.**

No que se refere aos princípios fundamentais e à organização do Estado brasileiro, julgue os próximos itens.

- 41 A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos estados, municípios e Distrito Federal (DF), adota a federação como forma de Estado. **JUSTIFICATIVA – A própria CF traz a expressão República Federativa do Brasil, em seu art. 1.º, *caput*. Portanto a forma de Estado adotada pelo texto de 1988 é a federação e não o Estado Unitário.**
- 42 O estabelecimento pela CF de que todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos seus termos, evidencia a adoção da democracia semidireta ou participativa. **JUSTIFICATIVA – A CF/88 prevê que a democracia seja representativa e, em alguns casos, direta. “Art. 1º. Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.” De acordo com a doutrina de referência, trata-se da democracia semidireta ou participativa, um “sistema híbrido”, uma democracia representativa, com peculiaridades e atributos da democracia direta.**

Acerca dos direitos e garantias fundamentais, da aplicabilidade das normas constitucionais e da organização do poder judiciário, julgue os itens seguintes.

- 43 No que se refere aos direitos e deveres individuais e coletivos, a CF incorpora o princípio da irretroatividade irrestrita da lei penal, em respeito ao princípio da legalidade. **JUSTIFICATIVA – Com a interpretação dos referidos dispositivos constitucionais, é possível afirmar que a CF/88 incorporou a irretroatividade da lei penal mais prejudicial, e, por outro lado, a retroatividade da lei penal mais benéfica. Nesse sentido: “Art. 5.º XXXIX – não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal; XL – a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu;”**
- 44 Em caso de grave violação dos direitos internacionais, o procurador-geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados de direitos internacionais dos quais o Brasil seja signatário, poderá suscitar, perante o Supremo Tribunal Federal, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a justiça federal. **JUSTIFICATIVA – O § 5.º do art. 109 da CF/88 prevê esse tipo de deslocamento quando se tratar de crimes relativos a direitos humanos, decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos, nos seguintes termos: “Art. 109. § 5.º Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.”**
- 45 A prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva pode ser considerada exemplo de norma constitucional de eficácia limitada. **JUSTIFICATIVA – Nos termos do art. 5.º, VII, da CF: “VII – é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;” Isso porque, para produzir efeitos, esse dispositivo constitucional necessitará de regulamentação legal, tendo em vista sua alusão “... nos termos da lei”.**

No que diz respeito à organização político-administrativa do Estado e aos servidores públicos, julgue os itens subsequentes.

46 Lei estadual que autorize a utilização, pela polícia civil do estado, de armas de fogo apreendidas invade a competência privativa da União para legislar sobre material bélico, que, complementada pela competência para autorizar e fiscalizar a produção de material bélico, abrange a disciplina sobre a destinação de armas apreendidas. JUSTIFICATIVA –

Conforme os seguintes artigos da CF:

“Art. 21. Compete à União: (...)

VI – autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico;

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: (...)

XXI – normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares;”

Nesse sentido, também é a jurisprudência do STF:

“EMENTA: CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. COMPETÊNCIA DA UNIÃO PARA LEGISLAR SOBRE DIREITO PENAL E MATERIAL BÉLICO. LEI 1.317/2004 DO ESTADO DE RONDÔNIA. Lei estadual que autoriza a utilização, pelas polícias civil e militar, de armas de fogo apreendidas. A competência exclusiva da União para legislar sobre material bélico, complementada pela competência para autorizar e fiscalizar a produção de material bélico abrange a disciplina sobre a destinação de armas apreendidas e em situação irregular. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente. (ADI 3258, Rel. Min. Joaquim Barbosa, Plenário, DJ de 09.09.2005).

47 Compete à União, aos estados, ao DF e aos municípios legislar concorrentemente sobre direito penitenciário, cabendo à União apenas o estabelecimento de normas gerais. JUSTIFICATIVA – Os municípios não estão inseridos na competência legislativa concorrente para dispor sobre direito penitenciário:

“Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I – direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico; (...)

§ 1.º – No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.”

Em relação aos Poderes Legislativo e Executivo e à segurança pública, julgue os itens que se seguem.

48 A Polícia Federal, organizada e mantida pela União, atua, de forma preventiva e repressiva, no combate a certos delitos, sendo ainda de sua responsabilidade o exercício, com exclusividade, das funções de polícia judiciária da União. JUSTIFICATIVA – Art. 144, § 1.º, I, II e IV, da CF.

A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

I – apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II – prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

IV – exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

49 Considere que o Congresso Nacional, para evitar eventual compromisso gravoso ao patrimônio nacional, resolva definitivamente acerca de um tratado internacional. Nessa situação, o ato legislativo, por ser definitivo, deve ser sancionado pelo presidente da República. JUSTIFICATIVA – A competência mencionada é exclusiva do Congresso Nacional, que não ficará submetida à posterior sanção do presidente da República. Ao contrário, o Congresso Nacional a desempenhará por meio de decreto legislativo:

“Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional: I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;”.

50 O objetivo fundamental da segurança pública, exercida por meio das polícias federal, rodoviária federal, civis, militares e dos corpos de bombeiros militares, é a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. JUSTIFICATIVA – Alinha-se ao disposto no art. 144 da CF e seus incisos:

“Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I – polícia federal;

II – polícia rodoviária federal;

III – polícia ferroviária federal;

IV – polícias civis;

V – polícias militares e corpos de bombeiros militares.”

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A respeito da evolução da administração pública, julgue os itens seguintes.

- 51 Com a evolução das teorias administrativas, desde a década de 80 do século passado, o enfoque sistêmico tornou-se ultrapassado, dando lugar a abordagens mais modernas. **JUSTIFICATIVA - O enfoque sistêmico é hoje uma tendência reconhecida em administração. (Chiavenato, 2006).**
- 52 A condição monopolista é apontada como causa da ineficiência do Estado pelos teóricos que argumentam a favor da nova administração pública (NAP). **JUSTIFICATIVA - Conforme Matias-Pereira (2009), a proposição da nova administração pública (NAP). Visa contribuir para a maior eficiência do Estado inerente à sua condição monopolista.**
- 53 A partir da teoria da administração científica, o papel da organização informal passou a ser reconhecido nas teorias clássicas da administração. **JUSTIFICATIVA - O papel da organização informal foi reconhecido somente a partir da teoria das relações humanas, que, por sua vez, é posterior à teoria da administração científica. (Chiavenato, 2006).**

No que se refere ao processo administrativo, julgue os itens subsequentes.

- 54 Entre os elementos diretamente observáveis na cultura organizacional estão os valores e as crenças. **JUSTIFICATIVA - Valores e crenças são justamente os elementos de menor observação, pois são os componentes nucleares da cultura. (Chiavenato, 2008).**
- 55 O controle dos processos deve ocorrer anteriormente e durante a sua implementação em uma organização, nunca após seu término. **JUSTIFICATIVA - O controle pode ser preventivo, simultâneo ou posterior. (Sobral & Peci, 2008).**
- 56 O surgimento de estruturas organizacionais horizontalizadas e desburocratizadas é resultado da adaptação das organizações contemporâneas aos novos padrões de trabalho. **JUSTIFICATIVA - Hoje, fala-se nas novas formas organizacionais, que são, segundo Clegg, Kornberger & Pitsis (2011, p. 541), “(...) projetos organizacionais para estruturas que buscam ser não burocráticas — na realidade, são, frequentemente, antiburocráticas — dando preferência a estruturas horizontais em vez de altas hierarquias, a competências multicapacitadas em vez de uma rígida divisão de trabalho, à informalidade em vez de um alto grau de formalidade.”**
- 57 Nas organizações, o líder define-se pela autoridade que lhe é delegada. **JUSTIFICATIVA - A autoridade e a liderança são elementos distintos. Quem tem autoridade é chefe. Líder é aquele que tem características de um perfil de liderança. (Chiavenato, 2008).**

Julgue os itens a seguir, relativos à gestão da qualidade.

- 58 A Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), por meio do modelo de excelência da gestão (MEG), ressalta a importância do pensamento sistêmico e do aprendizado organizacional como caminhos para a obtenção de resultados qualitativos nas organizações. **JUSTIFICATIVA - O Modelo de Excelência da Gestão (MEG) é o principal produto da FNQ e apresenta como fundamentos: pensamento sistêmico; atuação em rede; aprendizado organizacional; inovação; agilidade; liderança transformadora; olhar para o futuro; conhecimento sobre clientes e mercados; responsabilidade social; valorização das pessoas e da cultura; decisões fundamentadas; orientação por processos; geração de valor. Internet:<www.fnq.org.br>.**
- 59 Na qualidade total, os parâmetros de qualidade de um produto ou serviço são estabelecidos pelos engenheiros ou gestores envolvidos no processo de produção. **JUSTIFICATIVA - Na qualidade total, quem estabelece o nível de qualidade é o cliente e não os engenheiros ou gestores. (Chiavenato, 2008).**
- 60 As ferramentas empregadas na gestão da qualidade fundamentam-se em abordagem qualitativa, razão pela qual não existem modelos estatísticos para auxiliar no controle da qualidade. **JUSTIFICATIVA - Conforme Chiavenato (2006), existem alguns modelos quantitativos, a exemplo do Controle Estatístico de Qualidade (CEQ), que usa análise estatística.**
- 61 As normas ISO, enquanto mecanismos de auditoria para boas práticas de administração da qualidade, são adotadas tanto por organizações públicas quanto por privadas. **JUSTIFICATIVA - As normas ISO têm sido adotadas em diferentes países, inclusive por órgãos públicos. (Chiavenato, 2008).**

Em relação à gestão de processos e de projetos, julgue os itens que se seguem.

- 62 Entre os processos envolvidos na gestão de custos de um projeto destacam-se a estimação dos custos, a composição de orçamento e o controle dos custos. **JUSTIFICATIVA - Esse item trata de gestão de projetos e processos. A estimação dos custos, a composição de orçamento e o controle dos custos são os três processos envolvidos na gestão de projetos. (Carvalho & Rabechini, 2011).**
- 63 Na gestão de processos, deve-se considerar a estrutura formal da organização para que os processos associados à área de finanças sejam gerenciados pela própria área de finanças, por exemplo. **JUSTIFICATIVA - O princípio da gestão de processos é diferente. Nessa forma de gestão, as equipes responsáveis por um processo são multidisciplinares e formadas por membros com diversas origens organizacionais. Isso se destina a viabilizar o acompanhamento de um processo por equipes com múltiplas formações e visões. (Chiavenato, 2008).**

- 64 Entre as técnicas para aprimoramento de processos destaca-se o *Six Sigma*, por meio do qual se mapeiam as exigências dos clientes a fim de transformá-las em requisitos de qualidade adotados pela organização. **JUSTIFICATIVA** - Esse é o princípio dessa ferramenta: “(...) o método baseia-se no entendimento das exigências de clientes para aprimorar a qualidade dos sistemas, produtos, serviços e processos da organização em todas as suas funções.” (Chiavenato, 2008).
- 65 Na gestão de projetos, a coleta dos requisitos, a verificação do escopo e a criação de uma estrutura analítica são tarefas relacionadas à etapa de avaliação. **JUSTIFICATIVA** - As tarefas mencionadas estão ligadas à definição de escopo, que corresponde à elaboração. Essas tarefas são iniciais, enquanto a avaliação é a etapa final de um projeto. (Carvalho & Rabechini, 2011).
- 66 Na elaboração de cronogramas para gestão de um projeto, deve-se definir e sequenciar as atividades e estimar os recursos necessários. **JUSTIFICATIVA** - Essas três etapas correspondem aos passos necessários para elaborar um cronograma. (Carvalho & Rabechini, 2011).

No que diz respeito à legislação administrativa e licitação pública, julgue os itens subsecutivos.

- 67 Em decorrência do princípio de legalidade aplicado à administração pública, os atos administrativos possuem presunção de legitimidade. **JUSTIFICATIVA** - Conforme Pires (2013, p. 28), “Todo ato administrativo nasce com a presunção de legitimidade, em decorrência do princípio da legalidade ao qual a administração está adstrita.”
- 68 A exoneração a pedido de servidor deve ser acatada pela administração pública, salvo no caso em que o servidor estiver respondendo a processo administrativo disciplinar. **JUSTIFICATIVA** - Existem duas exceções e o item só apresenta uma, pois não se pode acatar exoneração a pedido de “(...) servidor que não tenha cumprido o tempo que deveria permanecer em exercício no cargo após retornar de afastamento para estudo no exterior.” (Oliveira, 2014, p. 34).
- 69 A utilização da licitação pública para a aquisição de produtos e serviços atende ao princípio da isonomia para a contratação, assegurando igualdade de condições aos interessados em fornecer ao Estado. **JUSTIFICATIVA** - Sim, a licitação é um procedimento que respeita o princípio da isonomia. (Barchet, 2012).
- 70 A dispensa de licitação é prevista em caso de inviabilidade de competição, situação que permite à administração adjudicar diretamente o objeto do contrato. **JUSTIFICATIVA** - Esse é o caso em que se pode ter inexigibilidade, o que não é o mesmo que dispensa. (Barchet, 2012).

Acerca de orçamento público e planejamento, julgue os itens a seguir.

- 71 O plano orçamentário é obrigatório para todas as ações que tenham sido aglutinadas na passagem de um exercício financeiro para outro. **JUSTIFICATIVA** - Utilizado na fase de elaboração do projeto de lei orçamentária, o plano orçamentário tem realmente como uma de suas finalidades o acompanhamento de ações aglutinadas, mas só é obrigatório para o acompanhamento dos projetos cujas informações possam influenciar a alocação de recursos orçamentários e para o acompanhamento intensivo de segmento da ação orçamentária. Fonte: Manual Técnico de Orçamento – MTO – versão 2013, Brasília: Secretaria de Orçamento Federal, pág. 70.
- 72 É responsabilidade do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal promover a articulação de estados, Distrito Federal e municípios, de modo a compatibilizar normas e tarefas presentes nos sistemas desses entes da Federação. **JUSTIFICATIVA** - A responsabilidade do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal no sentido da articulação com os demais sistemas dos outros entes da federação é dada pelo art. 2º, inc. V, da Lei n.º 10.180, de 2001.
- 73 No Brasil, elabora-se o orçamento do tipo legislativo, dada a competência para votar e aprovar o orçamento ser do Poder Legislativo. **JUSTIFICATIVA** - No orçamento do tipo legislativo, o Poder Legislativo também é responsável pela elaboração, assim como pela votação e aprovação do orçamento. Mas, no Brasil, a elaboração é competência do Poder Executivo. Nessas circunstâncias, o tipo de orçamento utilizado no Brasil é do tipo misto.
- 74 Na contabilização do total de receitas, deduzir o valor a ser inscrito na dívida ativa tributária da União descumpre o princípio orçamentário da programação. **JUSTIFICATIVA** - De acordo com o princípio orçamentário da programação, a lei orçamentária deve especificar os gastos por meio de programas de trabalho, que permitirão a identificação dos objetivos e metas a serem atingidos. O projeto referido no item estaria descumprindo o princípio do orçamento bruto, segundo o qual todas as receitas e despesas devem ser consignadas pelos seus valores brutos, vedadas as deduções.

Em relação ao orçamento público no Brasil, julgue os próximos itens.

- 75 Uma operação de crédito por antecipação de receita orçamentária somente será realizada se a respectiva destinação dos recursos estiver prevista na lei de diretrizes orçamentárias. **JUSTIFICATIVA** - A destinação de recursos provenientes das operações de crédito, incluindo-se as realizadas por antecipação de receita, fazia parte do conteúdo da lei de diretrizes orçamentárias, nos termos do art. 4º, inc. I, alínea “d”, da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas o referido dispositivo foi vetado pelo presidente da República e nunca entrou em vigor.
- 76 Os quadros que contêm os planos de aplicação dos fundos especiais não integram a lei orçamentária anual. **JUSTIFICATIVA** - De fato, os quadros mencionados no item devem apenas acompanhar a LOA, sem, no entanto, integrá-la. É o que determina o art. 2º, § 2º, inc. I, da Lei n.º 4.320, de 1964.

77 A contextualização do programa temático no âmbito do plano plurianual deve incluir a interpretação completa e objetiva da temática tratada, as oportunidades e os desafios associados, os contornos regionais que a política pública deverá assumir e as transformações que se deseja realizar. **JUSTIFICATIVA - Os quatro aspectos mencionados no item são exigências básicas da contextualização do programa temático, de acordo com o Manual de Elaboração do PPA 2012 – 2015, Brasília: MP, pág. 18.**

A respeito de mecanismos e técnicas utilizados para elaboração, execução e acompanhamento do orçamento federal, julgue os itens subsequentes.

78 O objetivo da programação orçamentária e financeira da execução das despesas públicas é monitorar o cumprimento das metas e objetivos estabelecidos no plano plurianual. **JUSTIFICATIVA - O objetivo da programação orçamentária e financeira da execução das despesas públicas é garantir o cumprimento dos resultados fiscais estabelecidos na LDO. Fonte: Manual Técnico de Orçamento – MTO – versão 2013, Brasília: Secretaria de Orçamento Federal, pág. 78.**

79 Por se tratar de obrigação legal da União, as despesas referentes ao orçamento da seguridade social estão excluídas da limitação de empenho e movimentação financeira. **JUSTIFICATIVA - O orçamento da seguridade social, assim como o orçamento fiscal, está sujeito à apresentação de metas quadrimestrais no âmbito do cronograma anual de desembolso, o qual promove a limitação de empenho. Fonte: Lei n.º 12.708, de 2012, art. 48, § 1º, inc. I.**

80 As atividades, os projetos e as operações especiais devem ser detalhados na estrutura programática em subtítulos, não podendo haver alterações de sua finalidade, do produto e das metas estabelecidas, a não ser que sejam feitas por meio de projeto de lei que altere a lei orçamentária anual. **JUSTIFICATIVA - Além de terem sido corretamente definidos pelo item, os subtítulos realmente não podem ter sua finalidade, produto ou metas alterados, tendo em vista que eles compõem a lei orçamentária anual. Assim sendo, somente quando se altera a própria LOA, pode-se modificar esses atributos dos subtítulos. Fonte: Manual Técnico de Orçamento – MTO – versão 2013, Brasília: Secretaria de Orçamento Federal, pág. 45.**

81 Suponha que o estado de calamidade pública tenha sido regularmente decretado em determinada região do país por causa de inundações provocadas por fortes chuvas. Nessa situação, o governo não poderá utilizar créditos suplementares para a realização de despesas de socorro às vítimas atingidas pela calamidade. **JUSTIFICATIVA - Normalmente, o poder público se utiliza de créditos extraordinários para o socorro de vítimas de calamidades públicas, haja vista a rapidez com que os recursos podem ser utilizados, mas isso não significa que tal mecanismo deva ser obrigatoriamente utilizado. Se a LOA já contiver dotações suficientes, o reforço da dotação pode ser feito por meio de créditos suplementares. Fonte: Lei n.º 4.320, de 1964, art. 41, inc. I.**

No que se refere às receitas e às despesas públicas, julgue os itens que se seguem.

82 A fixação de despesa na lei orçamentária anual deve incluir a respectiva fonte de recursos, mesmo quando se tratar de despesas financiadas com recursos desvinculados. **JUSTIFICATIVA - A indicação da fonte de recursos é obrigatória para todas as despesas fixadas na LOA. Mesmo quando se trata de despesas financiadas com recursos desvinculados, deve-se indicar a fonte que, nesse caso, passa a ser a fonte genérica de recursos ordinários do Tesouro Nacional. Fonte: Manual de Despesa Nacional, Portaria Conjunta STN/SOF n.º 3, de 2008, pág. 63.**

83 Considera-se cumprido o estágio da liquidação da despesa assim que se apura a pessoa jurídica a quem se deve pagar determinada importância a fim de extinguir obrigação decorrente do fornecimento de bem ou de serviço a órgão público. **JUSTIFICATIVA - O estágio da liquidação somente pode considerar-se cumprido quando se apura, além da pessoa a quem se deve o pagamento, a origem e o objeto do que se deve pagar e a importância exata a se pagar. Fonte: Manual de Despesa Nacional, Portaria Conjunta STN/SOF n.º 3, de 2008, pág. 61.**

84 O limite para a definição das despesas de pequeno vulto que podem ser objeto de suprimento de fundos é estabelecido por portaria do ministro da Fazenda, sendo aplicável a todos os demais órgãos do Poder Executivo federal. **JUSTIFICATIVA - A responsabilidade do Ministro da Fazenda para a definição mencionada pelo item é dada pelo art. 45, inc. III, do Decreto n.º 93.872, de 1986.**

85 A aquisição, por determinado órgão público, de veículos por meio de contrato de arrendamento mercantil financeiro deve ser registrada como receita orçamentária. **JUSTIFICATIVA - O registro da receita orçamentária deve ser feito mesmo que não haja ingressos efetivos. Transações como aquisições financiadas de bens e arrendamento mercantil financeiro são registradas como receita orçamentária e despesa orçamentária, pois são consideradas operação de crédito pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Fonte: Manual da Receita Nacional, Portaria Conjunta STN/SOF n.º 3, de 2008, pág. 21.**

No que tange à Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os itens seguintes.

86 As previsões de receita para o exercício financeiro de 2014 não precisam considerar os possíveis efeitos decorrentes da realização da Copa do Mundo de futebol na evolução da arrecadação pública. **JUSTIFICATIVA - O art. 12, caput, da Lei de Responsabilidade Fiscal, determina que qualquer fato relevante para as previsões de receita pública deve ser considerado no respectivo demonstrativo.**

87 As despesas decorrentes do programa de incentivo à demissão voluntária de determinado órgão público estão excluídas do limite de despesas de pessoal do referido órgão. **JUSTIFICATIVA - A exclusão das despesas realizadas com programas de demissão voluntária do limite de despesas de pessoal é autorizada pelo art. 19, § 1º, inc. II, da Lei de Responsabilidade Fiscal.**

- 88 Se o presidente da República pretender modificar os limites globais para o montante da dívida pública consolidada, deverá enviar proposta ao Poder Legislativo que contenha a metodologia de apuração dos resultados primário e nominal. **JUSTIFICATIVA - De acordo com o art. 30, da Lei de Responsabilidade Fiscal, cabe ao presidente da República propor os limites globais de dívida consolidada dos entes da federação, bem como suas respectivas alterações, quando necessário. O inc. IV, § 1º, do referido dispositivo, determina, ademais, que a proposta de alteração deve incluir a metodologia de cálculo dos limites.**
- 89 Quando solicitado, o órgão público responsável pela execução de determinada despesa é obrigado a fornecer as informações referentes ao número do processo, ao serviço prestado e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado, independentemente da natureza da despesa. **JUSTIFICATIVA - Embora o fornecimento de informações seja a regra geral, nos termos do art. 48-A, inc. I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, os atos concernentes a despesas de caráter sigiloso não serão publicados, devendo-se, nesse caráter, ser examinados pelo Tribunal de Contas, em sessão secreta.**
- 90 O montante de receita corrente líquida calculado em determinado período pode não incluir todas as receitas correntes previstas para o exercício financeiro que estiver em curso. **JUSTIFICATIVA - De acordo com o art. 2º, § 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000), a receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades. Assim sendo, somente quando o mês de referência é dezembro, todas as receitas correntes do exercício em curso estarão incluídas no cálculo.**

Acerca da gestão de pessoas nas organizações, julgue os itens a seguir.

- 91 A tarefa essencial da gestão de pessoas, influenciada pela escola de relações humanas, é criar condições e oportunidades para que as pessoas possam atingir da melhor forma seus objetivos pessoais, dirigindo os próprios esforços em direção aos objetivos da organização. **JUSTIFICATIVA - Trata-se, no item, tanto da influência da escola das relações humanas na concepção das tarefas quanto do principal objetivo da gestão de pessoas nas organizações. Doutrina majoritária.**
- 92 Entrevistas de seleção, avaliação de desempenho, ações de desenvolvimento, análise de cargos e plano de carreira são exemplos de ferramentas de gestão de pessoas aplicadas diretamente sobre as pessoas. **JUSTIFICATIVA - A análise de cargos e o plano de carreira são ferramentas de gestão de pessoas aplicadas indiretamente sobre as pessoas, pois a coleta de informações não se origina de fonte primária. Doutrina majoritária.**
- 93 A gestão de pessoas é concebida como um conjunto de processos básicos de provisão, aplicação, manutenção, desenvolvimento e monitoração de pessoas, os quais geram impactos sobre pessoas e organizações. **JUSTIFICATIVA - Trata-se, no item, da gestão de pessoas enquanto conjunto de processos conhecidos como serviços de RH, os quais atendem aos diferentes níveis das organizações. Doutrina majoritária.**
- 94 Segundo os princípios da Teoria X de McGregor, na gestão de pessoas, o potencial humano é considerado algo de difícil realização nas organizações. **JUSTIFICATIVA - Trata-se, na verdade, da influência da Teoria Y sobre a gestão de pessoas. Doutrina majoritária.**

Acerca do comportamento organizacional, do gerenciamento de conflitos e da gestão da mudança, julgue os próximos itens.

- 95 Comportamentos assertivos no trabalho geram interações saudáveis entre as pessoas e criam um clima de satisfação e confiança, uma vez que, assim, as pessoas comunicam seus sentimentos e pensamentos sem que haja conflito ou retaliação. **JUSTIFICATIVA - A assertividade é o traço comportamental que permite a criação de clima de confiança e segurança no trabalho, o que gera relações mais saudáveis e menos conflituosas nas organizações. Doutrina majoritária.**
- 96 Os estímulos ambientais, as ações e o comportamento das pessoas, a persistência no comportamento e as recompensas advindas das ações são considerados, pelas teorias de conteúdo, elementos essenciais da motivação, que a caracterizam como processo complexo e dinâmico. **JUSTIFICATIVA - As teorias de conteúdo procuram explicar a motivação apenas a partir dos estímulos ambientais ou daquilo que motiva o comportamento. Os demais elementos motivadores são explicados pelas teorias de processo. Doutrina majoritária.**
- 97 As relações de reciprocidade entre pessoas e organizações ocorrem quando as pessoas tomam consciência de seus deveres para com as organizações e quando estas percebem suas obrigações para com as pessoas. **JUSTIFICATIVA - Trata-se, no item, da reciprocidade organizacional como elemento central das trocas entre pessoas e organizações em termos de seus deveres e responsabilidades. Doutrina majoritária.**
- 98 No estilo de liderança coercitivo-democrático, o líder exige imediata obediência e mobiliza as pessoas a partir de uma visão. **JUSTIFICATIVA - Trata-se, no item, do líder coercitivo (“exige obediência”) e autoritário (“mobiliza pela visão”). Doutrina majoritária.**
- 99 O fato de uma pessoa reconhecer que seu trabalho tem variedade, identidade e significado é suficiente para que ela tenha elevado potencial motivador para a realização da função, do cargo ou da atividade. **JUSTIFICATIVA - O elevado potencial motivador ocorre se a variedade, identidade e significado forem acompanhados de autonomia e *feedback* no trabalho. Doutrina majoritária.**
- 100 Mudanças organizacionais frequentemente geram insegurança nas pessoas. Se as organizações comunicam constantemente seus objetivos e agem de modo transparente e coerente, os conflitos e medos tendem a ser minimizados. **JUSTIFICATIVA - As mudanças geram inseguranças quando as organizações não gerenciam a mudança de modo claro e direto em termos de comunicação com as pessoas. Doutrina majoritária.**

Em relação aos processos e práticas de gestão de pessoas nas organizações, julgue os itens seguintes.

- 101 Uma organização está aplicando o sistema de escalonamento de cargos quando os cargos são avaliados por meio de seu valor relativo e do respectivo grau de complexidade. **JUSTIFICATIVA - Trata-se, no item, do sistema de classificação de cargos e não do escalonamento, visto que neste último considera-se apenas o valor relativo do cargo. Doutrina majoritária.**
- 102 A combinação de medidas objetivas e subjetivas de desempenho contribui para a fidedignidade e consistência interna de instrumentos e ferramentas de avaliação de desempenho nas organizações, visto que múltiplas medidas alcançam com maior abrangência os diferentes tipos de comportamento das pessoas. **JUSTIFICATIVA - As múltiplas medidas de desempenho geram avaliações mais precisas, fidedignas e consistentes para a gestão do desempenho nas organizações, pois o desempenho humano é complexo e dinâmico. Doutrina majoritária.**

103 O mapeamento de competências nas organizações públicas brasileiras, que tem sido acompanhado de descrições de comportamentos observáveis bem como de conhecimentos, habilidades e atitudes que constituem as competências, orienta as ações de capacitação e desenvolvimento de servidores públicos. **JUSTIFICATIVA** - O mapeamento de competências nos órgãos públicos, segundo a ENAP e os órgãos integrantes do SIPEC, tem sido realizado com duas abordagens de descrição: a descrição de comportamentos observáveis e a descrição de CHA's. Doutrina majoritária.

104 A descrição e a especificação de cargos identificam e formalizam os deveres e responsabilidades referentes a cada cargo na organização. **JUSTIFICATIVA** - Sabe-se que apenas na descrição dos cargos descreve-se os deveres e responsabilidades previstos aos cargos ou postos de trabalho. Doutrina majoritária.

105 Concluídas as ações de treinamento e desenvolvimento, recomenda-se realizar avaliações de reação, aprendizado, comportamento e resultados para se identificar a efetividade das referidas ações. **JUSTIFICATIVA** - Trata-se, no item, do ciclo de treinamento nas organizações, em que a avaliação sucede a execução de ações de TD&E. Doutrina majoritária.

A respeito da classificação, que consiste em um processo de associação de materiais com características semelhantes, julgue os itens a seguir.

106 O método de classificação denominado curva ABC é utilizado na administração de estoques para definir políticas de vendas, estabelecer prioridades, programar produção. **JUSTIFICATIVA** - A curva ABC é um método cujo fundamento é aplicável a quaisquer situações em que seja possível estabelecer prioridades, como uma tarefa a cumprir mais importante que a outra. Após ordenados pela importância relativa, as classes podem ser definidas da seguinte maneira:
- classe A: grupo de itens mais importantes que devem ser tratados com atenção bem especial;
- classe B: grupo de itens em situação intermediária;
- classe C: grupo de itens menos importantes que justificam pouca atenção.
(João José Viana. Administração de materiais: um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2012, p. 64-66).

107 A abrangência, a flexibilidade e a praticidade são os principais atributos para a classificação de materiais. **JUSTIFICATIVA** - Uma classificação de materiais deve considerar os atributos relativos à abrangência, à flexibilidade e à praticidade. (João José Viana. Administração de materiais: um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2012, p. 52).

108 Os fatores que determinam o tipo de organização de materiais são classificados de acordo com o tipo de consumo, a perecibilidade, a periculosidade, a possibilidade de fazer ou comprar, o tipo de estocagem, a dificuldade de aquisição e o mercado fornecedor. **JUSTIFICATIVA** - Os fatores que determinam o tipo de organização de materiais são classificados de acordo com o tipo de consumo, o tempo de perecibilidade, a periculosidade, a possibilidade de fazer ou comprar, o tipo de estocagem, a dificuldade de aquisição, o mercado fornecedor etc.
(João José Viana. Administração de materiais: um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2012, p. 56).

Acerca da gestão de estoques, importante função da administração de materiais, julgue os itens que se seguem.

109 Caso o objetivo da empresa seja o “estoque zero”, deve-se utilizar o método *just in time*, uma técnica de gestão de materiais e de produção no momento exato, em que ambos os elementos (gestão e produção) são controlados por meio mecânico ou informatizado, com enfoque no estoque, no fornecedor e na qualidade. **JUSTIFICATIVA** - *Just in time* refere-se à produção, na quantidade necessária, no momento necessário, para atender a variação de vendas com um mínimo de estoque em produtos acabados, em processos e matéria-prima.

O conceito constante do item refere-se ao de método Kanban. (João José Viana. Administração de materiais: um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2012, p. 168).

110 Os tipos de estoque incluem o estoque real — quantidade (saldo) de material existente em estoque —, o estoque virtual — estoque real acrescido das encomendas em andamento — e o estoque de cobertura — relação entre estoque e consumo, que indica quanto tempo o estoque suportará o consumo sem que haja reposição. **JUSTIFICATIVA** - Entre os tipos de estoque incluem-se os seguintes:

- estoque real (ER): quantidade (saldo) de material existente em estoque;

- estoque virtual (EV): estoque real acrescido das quantidades de encomendas em andamento;

- estoque de cobertura (EC): relação entre estoque e consumo, indicando-se quanto tempo o estoque suportará o consumo sem que haja reposição.

(João José Viana. Administração de materiais: um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2012, p. 151-152).

Em relação ao cadastro de fornecedores utilizado para dar curso à função compras, julgue o item abaixo.

111 Para se criar um cadastro de fornecedores, podem ser utilizados os seguintes critérios: políticos — geralmente definidos pela administração da empresa, a fim de estabelecer prioridades para cadastramento de empresas da região, de empresas de pequeno ou médio porte —; técnicos — que envolvem carências de abastecimento, na procura de novas alternativas de fornecimento, a fim de evitar exclusividades —; e legais — aplicados exclusivamente às empresas estatais, autárquicas e do serviço público em geral. **JUSTIFICATIVA** - Na criação de um cadastro de fornecedores, podem-se utilizar os seguintes critérios:

- políticos: geralmente definidos pela administração da empresa, a fim de estabelecer prioridades para o cadastramento de empresas da região, de empresas de pequeno ou médio portes etc;

- técnicos: que envolvem carências de abastecimento na procura de novas alternativas de fornecimento, a fim de evitar exclusividades etc;

- legais: aplicados exclusivamente às empresas estatais, autárquicas e do serviço público.

(João José Viana. Administração de materiais: um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2012, p. 191-192).

A respeito de compras e serviços no setor público, julgue os itens subsecutivos.

112 Para otimizar o processo de compras no setor público, especificamente quanto à aquisição de materiais de consumo, no edital de licitação deverá ser descrito detalhadamente o objeto a ser contratado, visto que a riqueza de especificações evita uma contratação inócua e, dessa forma, preserva-se o interesse público. **JUSTIFICATIVA** - No edital de licitação, deve constar a descrição do objeto da licitação, de forma sucinta e clara, pois o detalhamento excessivo cria restrições indevidas ao universo de competidores e fere o a ampla competitividade, obstaculizando a seleção da proposta mais vantajosa para a administração, conforme artigo 40, inciso I, da Lei n.º 8.666/1993.

113 O projeto básico — conjunto de elementos necessários e suficientes para caracterizar a obra ou serviço objeto da licitação — deve ser elaborado com base nos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica, o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, as condições de avaliação do custo e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo sempre conter orçamento detalhado e global da obra, sob pena de nulidade. **JUSTIFICATIVA** - Trata-se do conceito de projeto básico. Lei n.º 8.666/1993.

“Artigo 6.º(...) IX - Projeto Básico - conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução”.

114 O princípio da impessoalidade, no que se refere à execução de obras públicas, proíbe a subcontratação de empresas para a execução de parte do serviço licitado, porquanto a escolha pessoal do subcontratado pelo contratado viola o interesse público. **JUSTIFICATIVA** - O processo de licitação permite a subcontratação de empresas para executar parte do serviço licitado, desde que expressamente previsto no edital. Lei n.º 8.666/1993.

“Art. 72. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração.

(...)

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

(...)

VI – a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato”.

115 O edital de licitação, no caso de licitações pertinentes a obras e serviços, deve incluir os requisitos mínimos exigidos para a aptidão técnica dos interessados, devendo a comprovação desses requisitos ser feita por atestados registrados nas entidades profissionais competentes, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado. **JUSTIFICATIVA** - A habilitação técnica dos licitantes será feita por meio da apresentação de atestados de capacidade técnica.

(João José Viana. **Administração de materiais: um enfoque prático**. São Paulo: Atlas, 2012, p.256). Lei n.º 8.666/1993.

“Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;
II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II deste artigo, no caso de licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente certificados pela entidade profissional competente, limitadas as exigências a:

a) quanto à capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data da licitação, profissional de nível superior detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

b) (VETADO)

§ 1o A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a: (Redação dada pela Lei n.º 8.883, de 1994)

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor

significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos; (Incluído pela Lei n.º 8.883, de 1994)

II - (Vetado). (Incluído pela Lei n.º 8.883, de 1994)

a) (Vetado). (Incluído pela Lei n.º 8.883, de 1994)

b) (Vetado). (Incluído pela Lei n.º 8.883, de 1994)

§ 2º As parcelas de maior relevância técnica ou de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior, serão prévia e objetivamente definidas no instrumento convocatório.

§ 2o As parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior, serão definidas no instrumento convocatório. (Redação dada pela Lei n.º 8.883, de 1994)

§ 3o Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

§ 4o Nas licitações para fornecimento de bens, a comprovação de aptidão, quando for o caso, será feita através de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

§ 5o É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação.

§ 6o As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de localização prévia.

§ 7o (VETADO)

§ 7º (Vetado). (Redação dada pela Lei n.º 8.883, de 1994)

I - (Vetado). (Incluído pela Lei n.º 8.883, de 1994)

II - (Vetado). (Incluído pela Lei n.º 8.883, de 1994)

§ 8o No caso de obras, serviços e compras de grande vulto, de alta complexidade técnica, poderá a Administração exigir dos licitantes a metodologia de execução, cuja avaliação, para efeito de sua aceitação ou não, antecederá sempre à análise dos preços e será efetuada exclusivamente por critérios objetivos.

§ 9o Entende-se por licitação de alta complexidade técnica aquela que envolva alta especialização, como fator de extrema relevância para garantir a execução do objeto a ser contratado, ou que possa comprometer a continuidade da prestação de serviços públicos essenciais.

§ 10. Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional de que trata o inciso I do § 1o deste artigo deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração. (Incluído pela Lei n.º 8.883, de 1994)

§ 11. (Vetado). (Incluído pela Lei n.º 8.883, de 1994)

§ 12. (Vetado). (Incluído pela Lei n.º 8.883, de 1994)”.

Acerca de recebimento, armazenagem, distribuição de materiais e gestão patrimonial, julgue os itens seguintes.

116 O sistema rotativo de inventário busca relacionar o controle de estoque com o estoque físico, podendo ser classificado em automático, programado ou a pedido. **JUSTIFICATIVA** - O sistema rotativo de inventário, enquadrado no princípio de garantir permanente relação biunívoca entre controle de estoque e estoque físico, utiliza os recursos de informática e pode ser classificado em três tipos: automático, programado e a pedido.

(João José Viana. Administração de materiais: um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2012, p.384).

117 Além de ser um documento de auxílio à conferência de materiais, a nota fiscal também é válida como instrumento de cobrança. **JUSTIFICATIVA** - A nota fiscal não tem valor como instrumento de cobrança, motivo pelo qual há necessidade de definirem-se outros documentos, como a fatura, a duplicata e a nota fiscal fatura.

(João José Viana. Administração de materiais: um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2012, p. 284).

118 Os produtos inflamáveis devem ser armazenados em ambientes próprios e isolados, projetados de acordo com rígidas normas de segurança, motivo por que o processo de armazenagem de cilindros de gases especiais é dividido em seis categorias distintas. **JUSTIFICATIVA** - Muitos gases têm propriedades similares entre si e são, portanto, reunidos em seis grupos. Tais categorias são baseadas em propriedades químicas e físicas similares, compatibilidade de estocagem e procedimentos de manuseio de emergência generalizados. Os grupos são numerados de “1” (menos perigosos) a “6” (mais perigosos). (João José Viana. Administração de materiais: um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2012, p.315).

119 O modal ferroviário, por contar com linhas pré-definidas e poucas interrupções no caminho, é o principal meio destinado ao transporte de grandes cargas em territórios extensos em que o fator tempo é preponderante. **JUSTIFICATIVA** - O transporte ferroviário é destinado a cargas maiores, cujo fator tempo para a entrega não seja preponderante.

(João José Viana. Administração de materiais: um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2012, p.365).

120 Para se comercializar bens inservíveis e de pouca expressão, recomenda-se a venda por concorrência. **JUSTIFICATIVA** - A sistemática de vendas por concorrência encontra dificuldade para a venda de itens de pouca expressão. O recomendado, no caso, é o leilão, por permitir a formação de lotes.

(João José Viana. Administração de materiais: um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2012. Pág. 384.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- Na folha de texto definitivo, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois não será avaliado texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.
- Ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **13 pontos**, dos quais até **0,50 ponto** será atribuído ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado).

Dispor de pensamento estratégico significa ter visão de longo prazo, enxergar o retrato como um todo, incluindo a organização e o ambiente competitivo, e considerar como esses elementos se ajustam. Entender o conceito de estratégia, os seus níveis e a relação entre sua formulação e implantação é uma ação importante em direção ao pensamento estratégico. Administração estratégica é o conjunto de decisões e ações usado para formular e implantar estratégias que fornecerão um ajuste competitivamente superior entre a organização e seu ambiente, de modo a alcançar as metas organizacionais.

Richard L. Daft. **Administração**. Tradução: Harue Ohara Avritcher. São Paulo: Cengage Learning, 2010, p.271 (com adaptações).

As organizações públicas brasileiras têm-se deparado com o desafio de incorporar o pensamento estratégico em sua gestão como caminho para a melhoria de seu desempenho: Ferramentas de planejamento — em especial, o planejamento estratégico — têm sido apontadas como alternativas valiosas a serem utilizadas por essas organizações. Considerando que essas informações e o fragmento de texto acima têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca da implementação de planejamento estratégico em uma organização pública. Ao elaborar seu texto, faça, necessariamente, o que se pede a seguir:

- ▶ descreva as etapas de desenvolvimento de um planejamento estratégico; [valor: 5,00 pontos]
- ▶ discorra sobre os fatores que devem ser considerados em cada etapa. [valor: 7,50 pontos]

PADRÃO DE RESPOSTA

Na elaboração de um planejamento estratégico, é necessário considerar quatro etapas principais. Na primeira etapa, deve-se analisar a situação atual da organização. Na segunda etapa, faz-se a análise ambiental, na qual se consideram elementos externos à organização. Na terceira etapa, volta-se à análise interna, na qual são considerados os pontos fortes e fracos da própria organização. Por fim, na última etapa, definem-se os planos estratégicos da organização. Na sequência, são descritas as atividades envolvidas em cada etapa.

A primeira etapa consiste na análise da situação atual da organização para que se decida qual a estratégia a ser adotada pelo órgão. Nesse momento, é importante analisar a trajetória passada da organização, além da situação atual. Para isso, devem ser consideradas as decisões que estão sendo tomadas no momento e os projetos correntes. Nessa etapa, cabe refletir acerca dos serviços prestados pela organização, como eles se inserem na sociedade brasileira e, principalmente, como são avaliados pelos cidadãos, o que permite constatar o desempenho da organização. Deve-se avaliar, também, o uso que a organização faz dos recursos que possui. Questionamentos interessantes nessa etapa podem servir para investigar, por exemplo, em que áreas a organização tem alocado seus melhores profissionais, como são feitos os investimentos necessários etc.

A segunda etapa consiste na análise do ambiente no qual se insere a organização. Apesar de não ter concorrentes, a organização certamente é impactada por forças ambientais. Por isso, cabe analisar as ameaças e as oportunidades para a organização. No tocante ao ambiente, a oferta de novas tecnologias que possam se tornar disponíveis e úteis para a organização é algo que deve ser considerado, assim como os limites de ação e controle do Estado sobre a organização. A conjuntura econômica e as tendências sociais também devem fazer parte da análise nessa etapa, pois revelam aspectos que deverão ser considerados pela organização para que ela se adapte às mudanças que serão demandadas pelos cidadãos em relação aos serviços públicos prestados.

A terceira etapa consiste na análise interna, na qual se deve considerar a identificação dos pontos fortes e fracos da organização. Elementos como arranjo físico, estrutura, métodos de trabalho, qualidade dos equipamentos, capacidade de prestação de serviços e desempenho junto à sociedade são exemplos de itens que podem ser considerados pontos fortes ou fracos, naturalmente, a depender da situação da organização em questão.

Por fim, na última etapa, devem-se considerar os planos estratégicos a serem desenvolvidos a fim de que a organização alcance os objetivos estratégicos delimitados na primeira etapa, considerando-se as variáveis ambientais e internas analisadas nas etapas de número dois e três. Nos planos estratégicos, é importante considerar os objetivos da organização e os recursos disponíveis.